dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único - Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25 – A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 26 – O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÁS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27 – No exercício de 2020, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionada no art. 7º desta Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsidio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, assegurada no art. 37, inciso X, desta, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 28 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I – conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
II – criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

LEI MUNICIPAL nº 1.728/2019

Publicado em Imprensa Oficial
(l.m.1.062/2009)
Em 30/12/2019

"Altera o Art. 3.º e o Anexo I da Lei nº 405 de 31.01.1991, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores."

EDALEO DALLA NORA, Prefeito Municipal de Dona Francisca, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluído, na tabela de cargos de provimento efetivo do Art. 3º da Lei 405 de 31.01.1991, mais uma nova linha, sendo criado o cargo de ALMOXARIFE, com carga horária de 40h, 01 (uma) vaga, padrão de vencimento 09 e coeficiente salarial 3.20;

Art. 2º - Fica incluído, na tabela de cargos de provimento efetivo do Art. 3º da Lei 405 de 31.01.1991, mais uma nova linha, sendo criado o cargo de PEDREIRO com carga horária de 40hs, com 01 (uma) vagas, padrão de vencimento e coeficiente salarial 3,20;

Art. 3º - Fica incluída no anexo I, da Lei 2.299 de 22.05.15, as seguintes descrições de cargos de provimento efetivo:

2.1 CARGO: ALMOXARIFE

ATRIBUIÇÕES:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Controle de entrada e saída e estoque de matérias permanentes e de consumo.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Controle de entrada e saída e estoque de matérias permanentes e de consumo; receber e guardar o material permanente e de consumo, procedendo a fiscalização respectiva; organizar e manter em ordem o fichário de controle de materiais; controlar a saída e o local,

Rua do Comércio, 619 - CEP 97280-000 | Fone/Fax: (55) 3268-1133 / 3268-1180 - 3268-1578 | **DONA FRANCISCA - RS**
E-mail: donafrancisca@donafrancisca.rs.gov.br

PORTARIA N° 085/2019

"Nomeia Thais Borges Ramos para o cargo de Agente de Fiscalização Municipal"

EDALEO DALLA NORA, Prefeito Municipal de Dona Francisca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1488/2015, **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear **Thais Borges Ramos** para o cargo de **Agente de Fiscalização Municipal**, com carga horária de 40 horas semanais, em razão de ter sido aprovado em 10° (décimo) lugar no concurso público para o citado cargo, aberto através do Edital n° 001/2018, cujo resultado foi homologado pelo Edital nº 15/2018, de 28 de setembro de 2018.

Art. 2º - A Servidora nomeada desempenhará suas funções na Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Dona Francisca.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DONA FRANCISCA,
08 DE MAIO DE 2019

EDALEO DALLA NORA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Em 08 de maio de 2019.
RAQUEL MIRANDA KEISMAN
Secretária Municipal de Administração e Planejamento